Apresentação ▼

6 de abril de 2020

A geopolítica do coronavírus em tempos de incertezas

Volume 7 | Número 70 | Abr. 2020

Por Roberto Rodolfo Georg Uebel

Fonte: The New York Times com dados da Organização Mundial da Saúde

Se Adam Smith tivesse a oportunidade de estar na China (ARRIGHI, 2008), a fim de compreender os fenômenos do Sistema Internacional, o primeiro semestre de 2020 descortinaria para si uma nova geopolítica, sustentada em incertezas, crises morais e questionamentos acerca da validade do seu pensamento econômico e, por conseguinte, do próprio modelo teórico liberalista (SARFATI, 2005).

A terceira década do século XXI iniciou, aparentemente, assim como as anteriores: conflitos geopolíticos, perspectivas de uma nova recessão econômica, contenciosos comerciais, ascensão de divergências no campo da geoeconomia energética e indefinições quanto ao processo eleitoral nos Estados Unidos e quanto aos novos governos – progressistas e conservadores – na América do Sul; o fato extraordinário seria a finalização do que hoje parece ser o distante processo do BREXIT, o divórcio entre o Reino Unido e a União Europeia, concretizado a 31 de janeiro de 2020.

Em pouco mais de três meses, este mesmo Sistema Internacional observou a eclosão de uma anomia político-militar no Iraque e Irã, com o assassinato do general iraniano Qasem Soleimani por forças norte-americanas, o agravamento das tensões geoeconômicas entre Rússia e Arábia Saudita em virtude do preço do petróleo, ainda a principal commodity global, a ascensão de movimentos políticos, de roupagem nacionalista, totalitária ou autoritária, quando não as três no mesmo outfit, na Índia, Hungria, Bolívia e Brasil e o começo da preocupação, sobretudo por parte da China e, posteriormente, da Itália, com uma nova variante do vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, o coronavírus, nome que mais tarde seria proibido por ditadores como no Turcomenistão[2], enfrentado como um inimigo de guerra como na Argentina, Alemanha e na França, ignorado como na Suécia[3], inicialmente menosprezado como nos Estados Unidos e tratado como uma pequena gripe no Brasil[4].

O coronavírus trouxe consigo uma nova governança da diplomacia da saúde global, além de incertezas econômicas, políticas e demográficas, e em um curtíssimo espaço de tempo enclausurou todos os demais fenômenos que pareceriam marcar a nova década do século XXI.

Se Huntington (1997) preconizava um choque de civilizações e os geopolíticos Halford Mackinder e Nicholas Spykman anteviam novas frentes geopolíticas, a COVID-19 lança mão de um novo debate sobre o Sistema Internacional que emergirá após esta crise que, ademais de causar um milhão de infectados e centenas de milhares de impactados pelas medidas econômicas de distanciamento físico – a fim de conter a propagação do vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde –, também questionará os princípios econômicos, políticos e morais das Relações Internacionais contemporâneas. Sobre estes questionamentos que o presente artigo se deterá, haja vista a necessidade de uma reflexão sobre os cenários vindouros pós-coronavírus.

Este breve artigo será dividido, portanto, em cinco seções, além desta Introdução e das Considerações Finais, que abordarão de forma sumarizada os cenários derivados desta nova geopolítica pós-coronavírus, inseridos em uma lógica pós-ocidental (STUENKEL, 2018), abrangendo as principais dimensões das Relações Internacionais: a cooperação internacional e a diplomacia da saúde global, as fronteiras e migrações, as relações econômicas internacionais, geoeconomia e a economia internacional, o direito internacional e as novas questões, bem como as perspectivas gerais para o Sistema Internacional que emergirá após a pandemia.

Não se pretende realizar aqui um estudo aprofundado sobre estes novos cenários, dadas as possibilidades de *shifts* de acordo com a evolução da própria pandemia, tampouco projetar-se como um manual de diretrizes, mas sim tentar, a partir de um exercício reflexivo, prospectar as Relações Internacionais e a sua geopolítica neste novo ambiente, que nos separará efetiva e definitivamente das hegemonias, cenários e polaridades outrora convencionados como estabelecidos e hierarquizados.

1. Cooperação Internacional e Diplomacia da Saúde Global

Tão logo a pandemia fora declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, um dos braços institucionais mais importantes da Organização das Nações Unidas, em que pese os contingenciamentos impostos aos seus orçamentos anuais, a partir do agravamento dos cenários na China, onde desde novembro de 2019 a COVID-19 circulava com transmissão comunitária, e na Itália, que rapidamente colapsou o seu sistema de saúde, os primeiros episódios de cooperação internacional emergiram em três frentes: 1) compartilhamento de know-how técnico e científico, 2) solidariedade profissional, material e logística, e 3) avanço nas pesquisas em duas frentes: combate e tratamento da doença e criação de novas vacinas.

No campo de compartilhamento de conhecimento e experiências, os dois países que mais se destacaram foram justamente China e Itália, aqueles mais impactados inicialmente, somados posteriormente por uma rede composta por países como Alemanha, Coreia do Sul, Japão, Cingapura e Taiwan, que adotaram políticas de isolamento social e distanciamento físico, a fim de minorar a propagação do vírus.

Com relação à solidariedade internacional, um dos pilares da diplomacia da saúde global (KICKBUSCH et al., 2013), diferentes atores soergueram frentes de combate e controle da pandemia, como Cuba, que disponibilizou médicos e sua infraestrutura hospitalar para outros países, e como a própria China, que doou máscaras, equipamentos e enviou médicos para a Itália e Espanha. Episódios também como de Comores, pequena nação insular do Oceano Índico, que doou cem euros e da Guiné Equatorial, que doou dois milhões de dólares a Beijing, apontam para uma outra perspectiva da “diplomacia das máscaras”, que colocará aquele país como um polo de poder consolidado no cenário pós-pandemia.

O avanço das pesquisas de tratamento e vacinação contra a COVID-19 também reitera o caráter da necessidade de cooperação internacional em ciência, que até então fazia parte da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, porém, minorada por outras questões consideradas mais urgentes e também por contingências orçamentárias. Neste contexto, Estados como Israel, Japão, Reino Unido, Senegal, Coreia do Sul e Brasil tem se destacado, seja nos estudos sobre tratamentos e vacinas, seja na elaboração de testes clínicos e equipamentos alternativos de respiração mecânica.

De fato, aponta-se para uma perspectiva de atuação tripartite na cooperação internacional em saúde, composta por governos nacionais e regionais, que se colocam como agentes de demanda e de institucionalização de recursos, laboratórios, como agentes de oferta, e centros de pesquisa, sobretudo oriundos de universidades públicas, como agentes de execução, cenário até então inédito na Diplomacia da Saúde Global.

2. Fronteiras e Migrações

Incitados ainda pelas lógicas territorialistas, que remontam ao período ratzeliano da Geopolítica, em que as fronteiras nacionais se sobrepunham às demais delimitações de um determinado território, foi possível identificar um retorno globalmente coordenado ao mito do territorialismo fronteiriço como mecanismo de prevenção por parte de diversos governos e blocos no Sistema Internacional.

Diferentemente do *lockdown* interno, o fechamento de fronteiras se verificou em todas as partes do mundo, desde a própria China, que isolou a cidade epicentro da nova pandemia, Wuhan, até a União Europeia, que fechou as suas fronteiras externas, os Estados Unidos, que proibiram voos para a Europa, o México que fechou a sua fronteira norte para evitar o ingresso de norte-americanos, em um episódio até então inédito, e o Brasil que fechou suas fronteiras terrestres após os demais países sul-americanos terem realizado o mesmo, como uma medida – ainda que questionável – de resposta, não como uma iniciativa de Brasília. O mapa da Figura 1 demonstra que o contágio comunitário se deu em todos os continentes:

Figura 1 – Mapa de contágio do Coronavírus no Mundo – Atualizado em 05 de abril de 2020

Fonte: The New York Times com dados da Organização Mundial da Saúde

Desta maneira, é possível observar a dimensão territorial da propagação do coronavírus, que coloca o continente africano e as ilhas do Pacífico com as regiões de menor contaminação. O fechamento das fronteiras, portanto, acaba por transformar o vírus, nos mesmos moldes clausewitzianos (CLAUSEWITZ, 1996), em um oponente, um inimigo. Até que ponto essa política, que foi adotada, conforme ressaltado, em todo Sistema Internacional, efetivamente funcionará contra a propagação do vírus, ainda é elemento de debate entre demógrafos, uma vez que a circulação de pessoas continuou em vias alternativas, como a marítima e a área, mesmo com a diminuição de voos, haja vista a transmissão doméstica já comunitária na maioria dos países.

Outro elemento que se destaca é o impacto direto nos fluxos migratórios globais, como aqueles que estavam em andamento, por exemplo, de sírios e venezuelanos, que foram afetados pelas políticas de fechamento de fronteiras e medidas de isolamento social dos países receptores, como Turquia e Brasil, respectivamente. Segundo relatos da Organização Internacional para as Migrações e do Alto-Comissariado das Nações Unidas, cerca de setenta de imigrantes e refugiados em trânsito podem ser acometidos pela COVID-19, caso os Estados-parte não tomem medidas necessárias[1].

Somada à questão migratória, por fim, outro cenário que se consolida a partir do contexto de crise, é a xenofobia, seja por atores governamentais que pejorativamente se referem ao "vírus chinês", seja pelos atos verbais e físicos cometidos, no início da pandemia, contra chineses e imigrantes de países do Leste Asiático, configurando aí mais um nível da xenofobia institucional e coletiva presente em países ocidentais, como Estados Unidos e Brasil, objeto de estudo de Camoça (2020), que merecerá análises mais profundas, sobretudo no campo da integração e cooperação internacional em um mundo cada vez mais sinocêntrico ou, ao menos, pós-ocidental.

3. Relações Econômicas Internacionais, Geoeconomia e Economia Internacional

No âmbito da geoeconomia, ou seja, da geopolítica interrelacionada com a economia, é onde os impactos da pandemia do coronavírus apresentarão os indicadores mais críticos. Segundo as previsões recentes combinadas do Fórum Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a recessão econômica de 2020 será pior que as crises de 2008 e 1929 combinadas, criando, portanto, um cenário nunca observado em tempos democráticos e sem guerras de alcance mundial.

Nessa direção, a economia internacional passará por um rápido processo de transformação quanto às suas matrizes produtivas, isto é, cada Estado sofrerá os impactos de acordo com as suas cadeias globais de valor e sua inserção no Sistema Internacional, se visto aos moldes clássicos da economia ricardiana (RICARDO, 1985). Em virtude da China ser o primeiro epicentro da pandemia, que rapidamente se transferiu para a Europa Ocidental e, posteriormente, aos Estados Unidos, as relações econômicas internacionais se viram em um cenário de impacto imediato nas estruturas de oferta-demanda, aos moldes clássicos, e de produção-entrega, sob a ótica schumpeteriana.

Economistas, tanto de corte institucionalista, como neokeynesianos, liberais-clássicos e até mesmo de Chicago, tem encontrado um consenso quanto a necessidade de atuação imediata por parte dos governos, uma vez que o coronavírus se apresentou como uma externalidade não-prevista, afetando qualquer modelo de expectativa racional ou de Estado-mínimo.

Assim, questões como o aumento de gastos públicos, reprogramação industrial, controle de preços, *circuit breakers*, congelamento de tarifas e amortecimento dos impactos por meio de revisão de taxas básicas de juros, substituíram uma agenda macroeconômica global que vinha se pautando em sucessivas reformas econômicas, protecionismo tarifário e aumento de controvérsias na formulação de preços, conforme mencionado inclusive no começo deste artigo, como no caso do petróleo.

É inquestionável, e isto começa a ser debatido por economistas políticas, a necessidade de um plano global de reestruturação e recuperação econômica, nesta ordem, semelhante, por exemplo, aquele adotado após a Segunda Guerra Mundial, como o Plano Marshall. Entretanto, agora supervisionado e gestado por uma autoridade intergovernamental, e não por um governo específico, como à época.

As perspectivas, no campo econômico, apontam também para uma reorientação do papel de *players* globais, outrora ocupado pelos países do G7 e China, uma vez que serão aqueles mais afetados pela crise econômica, e também por serem responsáveis, em certa medida, pelo agravamento de cenários críticos específicos, por meio de sanções econômicas, como o caso do Irã, Rússia e Síria, agravando os tensionamentos geopolíticos.

A pergunta ainda sem resposta é: qual Estado assumirá a hegemonia econômica após a crise? A China fornece os indicadores mais positivos, seguida por Japão e Coreia do Sul. Enquanto Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia dão sinais de uma dependência de planos de recuperação macroestrutural, a América Latina, Índia, Ásia Central e África se posicionam como regiões de interessantes *shifts* macroeconômicos. Talvez esta será a era da hegemonia heteropolar (DER DERIAN, 2003) do G20, do G77 ou de um bloco vindouro.

Em síntese, as lições econômicas da pandemia do coronavírus serão relevantes para as Relações Internacionais contemporâneas, uma vez que fazem-nos questionar acerca da viabilidade e exequibilidade de teorias econômicas dos séculos anteriores, bem como dos modelos até então considerados – e incentivados, ou pregados como contrapartida a salvaguardas econômicas pelo FMI – como eficazes no combate a crises, na diminuição do Estado e do gasto público e na sustentação daquilo que se preconizava como livre-mercado.

4. Direito Internacional e novas questões

Adam Smith, em sua jornada por 2020, após se deparar com a sua Escócia no centro de uma separação dolorosa com a União Europeia, a qual foi contrária, e cujo elo Edimburgo-Londres se vê cada vez mais ameaçado por uma perspectiva separatista/independentista, não imaginaria encontrar piratas e corsários comandados pela ex-colônia do seu país, os Estados Unidos da América.

O Direito Internacional se coloca como uma das dimensões mais atuantes no contexto da geopolítica do coronavírus, em virtude dos episódios em que fora provocado, se pensarmos em uma doutrina positivista. Atos de pirataria e interceptação de carregamento de máscaras e respiradores mecânicos por parte de agentes norte-americanos[2] poderiam ser o roteiro de um filme ficcional, entretanto, ocorreram de fato e afetaram o abastecimento de países como Brasil, Alemanha e França, reascendendo o debate sobre a pirataria moderna.

Outras questões mais delicadas, como o controle da circulação de pessoas, seja em nível municipal, seja em nível transfronteiriço, ou como regularizações migratórias de indocumentados, como Portugal o fizera para poder atendê-los no seu sistema público de saúde, contracenam com questões puras do Direito Internacional, como o caso de contaminados nas Ilhas Falklands/Malvinas, que tiveram seus exames enviados para a Grã-Bretanha, ao invés da vizinha Argentina, por motivos geopoliticamente conhecidos.

A preservação da vida humana acabou por imperar uma nova interpretação dos regimes, instituições e organizações internacionais nas esferas nacionais e domésticas, desde o questionamento inicial da autoridade da Organização Mundial da Saúde como no México e Brasil, até situações mais críticas, como nas Filipinas, onde quem desobedecer as leis de quarentena poderá ser alvejado e morto pelas forças policiais e de líderes internacionais que foram denunciados ao Tribunal Penal Internacional por contrariarem ou incitarem o descumprimento das normas sanitárias de isolamento social.

De fato, emergirá após esta crise um novo debate sobre a atuação das organizações internacionais e suas capacidades de atuação e acreditação sem a interferência de governos nacionais ou interpretações políticas, algo muito semelhante aos casos da Liga das Nações e da própria Organização das Nações Unidas durante as duas Grandes Guerras Mundiais. Novamente o Direito Internacional terá um papel imprescindível nesta reestruturação.

5. Perspectivas

Fossaert (1996) ensina-nos que prever cenários não é uma atribuição de historiadores, tampouco de acadêmicos de Relações Internacionais ou cientistas políticos, entretanto, apontar perspectivas possibilita-nos acompanhar as novas etapas pelas quais o Sistema Internacional se deparará, como no caso da geopolítica pós-coronavírus.

Quatro campos se colocam como imperativos de tecermos perspectivas a partir das informações disponíveis, quais sejam: científico, econômico, político e militar. Desta maneira, o Quadro 1 a seguir busca sumarizar estes horizontes possíveis:

Quadro 1 – Perspectivas de novas hegemonias e polos de poder após a pandemia do coronavírus

Campo	Científico	Econômico	Político	Militar
Horizontes/Cenário atual	Condução das pesquisas de combate à pandemia, tratamentos, vacinas e construção de equipamentos	Planos de reconstrução e reestruturação econômica interna a partir dos efeitos de lockdown e diminuição da produção e da atividade econômica	Cooperação internacional por meio da diplomacia da saúde global, novas parcerias, "diplomacia das máscaras", fundos de resgate e salvaguardas	Logística e securitização fronteiriça
Oportunidades	Liderança em nichos produtivos específicos a partir do know-how técnico, científico e logístico	Liderança em blocos econômicos com a finalidade de reconstrução das economias (Plano Marshall Global), renda básica, reprogramação industrial e amortecimento dos impactos por meio de medidas de aumento dos gastos públicos, congelamento de tarifas, controle de preços e atuação estatal	Liderança nos movimentos e blocos políticos de revisão da estrutura da Organização das Nações Unidas, solução de conflitos regionais; polos regionais de influência e contra-hegemonia	Liderança nos processos de controle de circulação de pessoas e mercadorias em momentos de crise a partir de diferentes experiências (Índia: lockdown, Japão: isolamento social e quarentena forçada, Alemanha: fronteiras abertas e isolamento social combinados).
Potências atuais	Estados Unidos, China, Alemanha, Japão	Estados Unidos, China, União Europeia, Japão, Reino Unido	Estados Unidos, China	Estados Unidos, China, Rússia
Potências emergentes	Israel, Brasil, Índia, Senegal, Coreia do Sul, Cuba	Índia, blocos ou isolados da África, América Latina e Ásia Central	Heterepolaridades: Leste Asiático (China, Japão e Coreia do Sul), União Africana, Índia, América Latina (México, Colômbia, Argentina, Venezuela*)	Índia, Japão, Alemanha

Fonte: Elaboração propria, 2020.

Sobre o quadro anterior, é importante ressalvar que tais construções de cenários prospectados se dão a partir dos condicionantes atuais *coeteris paribus*, isto é, com as lentes do contexto em que alguns Estados têm se destacado face aos demais nos campos específicos supramencionados. Quando mencionamos, por exemplo, potências emergentes, não significa necessariamente que substituirão as potências atuais, mas sim, passarão a ocupar um local de coabitação pela hegemonia regional ou em escalas cada vez maiores.

Muitas dessas perspectivas poderão ser ratificadas ou não de acordo com a performance econômica que cada governo nacional conduzir com a finalidade de: evitar o colapso dos seus sistemas de saúde, retomar a atividade produtiva, amortecer os impactos financeiros e orçamentários e reiniciar e reprogramar os processos anteriores de integração regional, relações econômicas internacionais e do próprio comércio internacional.

Cada país alcançará em níveis, períodos e meios diferentes um novo patamar na escala econômica global, inevitavelmente. Aqueles que se utilizarem das formas tradicionais e clássicas levarão um tempo maior ou sequer lograrão o retorno aos indicadores pré-crise, enquanto Estados que utilizarem fórmulas inovadoras e de cooperação internacional, terão maior probabilidade de uma recuperação mais rápida e dilatada, inclusive em termos geopolíticos.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo propor a reflexão acerca do Sistema Internacional que emergirá após a pandemia provocada pelo coronavírus, cujos impactos ainda se faziam presentes quando da redação do mesmo. Transformações e *shifts* são comuns na geopolítica mundial, contudo, desde o final da Guerra Fria e, talvez, com a exceção do 11 de Setembro de 2001, não se observava a preconizava uma mudança tão intensa e rápida, que atingisse a todos os setores da economia e da política internacional.

Em tempos de incertezas, como este pelo qual todos os governos e sociedades estão passando concomitantemente, uns com maior intensidade do que os outros, a única certeza é que geopolítica terá uma nova configuração, com indicativos de maior cooperação internacional em um ambiente de múltiplas heteropolaridade, e cujos primeiros indícios já começam a se manifestar.

As Relações Internacionais, como campo do conhecimento científico, serão mais uma vez testemunha destas transformações e terão como atribuição principal questionar e refletir sobre os impactos nas relações humanas, institucionais e governamentais que impactadas também o serão, além dos seus processos de reconstrução e reestruturação. São novos tempos em um Sistema Internacional cada vez mais pós-ocidental. O concerto das nações está sob uma nova regência.

Referências Bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim:* origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008. 428 p.

CAMOÇA, Alana. Uma "imagem" vale mais do que mil palavras: a visão internacional sobre a China em tempos de coronavírus. *Diálogos Internacionais,* vol. 7, n. 69, mar. 2020. Disponível em: http://www.dialogosinternacionais.com.br/2020/03/uma-imagem-vale-mais-do-que-mil.html. Acessado em: 05 abr. 2020.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 934 p.

DER DERIAN, James. War as Game. The Brown Journal of World Affairs, *Providence*, v. 10, n. 1, p.37-48, 2003. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24590592. Acesso em: 05 abr. 2020.

FOSSAERT, Robert. *O mundo no século XXI:* uma teoria dos sistemas mundiais. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. 660 p.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações:* e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 455 p.

KICKBUSCH, Ilona et al (ed.). *Global health diplomacy:* concepts, issues, actors, instruments, fora and cases. Nova York: Springer, 2013. 370 p.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 286 p.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005. 384 p.

STUENKEL, Oliver. *O mundo pós-ocidental:* potências emergentes e a nova ordem global. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 251 p.

Roberto Rodolfo Georg Uebel *é Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Economista e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). Pesquisador dos grupos de pesquisa Novos Polos de Poder e a Política Internacional (ESPM-POA), Laboratório Estado e Território (LABETER/UFRGS) e Grupo de Economia do Mar (GEM/EGN-FURG). E-mail: roberto.uebel@espm.br.*

[1] "You Can't Practice Social Distancing if You're a Refugee", disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/03/20/you-cant-do-social-distancing-if-youre-a-refugee/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

[2] "Coronavírus: EUA são acusados de 'pirataria' e 'desvio' de equipamentos que iriam para Alemanha, França e Brasil", disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52166245>. Acesso em: 05 abr. 2020.

[2] "Ditador do Turcomenistão proíbe uso da palavra coronavírus no país", disponível

em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/ditador-do-turcomenistao-proibe-o-uso-da-palavra-coronavirus-no-pais.shtml>. Acesso em: 05 abr. 2020.

[3] “Estratégia de não confinamento da Suécia é questionada devido ao aumento da Covid-19 no país”, disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/estrategia-de-nao-confinamento-da-suecia-questionada-devido-ao-aumento-da-covid-19-no-pais-1-24349616>. Acesso em: 05 abr. 2020.

[4] “Não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar”, diz Bolsonaro sobre coronavírus”, disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/nao-vai-ser-uma-gripezinha-que-vai-me-derrubar-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus-ck80qy0by00eq01o97p02kpu4.html>. Acesso em: 05 abr. 2020.

Compartilhar

Nenhum comentário:

Postar um comentário

❮ Página inicial ❯

Visualizar versão para a web

Tecnologia do Blogger.

View publication stats